

# “Discutir a governabilidade é desafiante”

Esta é a íntegra da aula magna do presidente Fernando Henrique Cardoso, na 5ª Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos, no Memorial JK, em Brasília.

“Aqui, hoje, temos a honra de ver dois, falando dos que veio — o ex-presidente da República, presidente Sarney e o presidente Patrício Alwyn, e o de Costa Rica, também, professor (...).”

Enfim, estamos aqui com uma assembléia entusiasmante.

Senhores participantes dessa 5ª Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos.

“Ao aceitar o desafio que foi feito pelo meu amigo Frederico Mayor, para que viesse conversar sobre um tema, que melhor se situa, hoje, no âmbito acadêmico do que, propriamente, no âmbito político, no qual estou imerso, eu aceitei com prazer.”

Porque todas as oportunidades — que não são tantas — nas quais as pessoas que exercem funções públicas têm a possibilidade de conviver com aqueles que exercem as funções acadêmicas, intelectuais em geral — e o que nos obriga, portanto, ao esforço de reflexão — são oportunidades, para quem está no exercício de funções públicas, preciosas.

Tenho certeza de que as pessoas que aqui mencionarei — e muitas outras, mais que aqui estão, e que têm, também, essa experiência, sabem avaliar, adequadamente o significado e as dificuldades de se discutir problemas de tipo conceitual, mas que se referem a práticas políticas. É o caso, aqui.

Naturalmente não tenho hoje mais as condições de lazer, que me permitiriam, talvez, elaborar um tanto mais as poucas observações que desejo trazer-lhes, para este encontro que sei que é uma súplica, ou é o coroamento de um conjunto de encontros já havidos, e que tiveram muita repercussão e, notadamente, pela presença do ministro Welfort, eu pude saber de algumas das repercussões havidas, em outros âmbitos, em outros países, com reuniões semelhantes.

Discutir a governabilidade é algo que é sempre necessário e desafiante. Se me permitem, eu começaria por uma reflexão de âmbito bem geral, e que não diz respeito certamente às angústias diretamente nossas aqui, no Brasil, nem na América Latina, mas que dizem respeito às angústias de todos os que exercem o poder no mundo, e que fazem algum esforço de reflexão sobre as condições de preservação e de ampliação da democracia.

Nos vivemos uma quadra muito especial, da História da Humanidade. E uso palavra, talvez, pomposa História da Humanidade. Por quê? Porque, sabidamente, nós estamos vivendo uma fase na qual algum sonho do passado — e pesadelos também — se estão incorporando à vida cotidiana. A famosa questão da globalização. Questão que os franceses chamam de mundialização.

Me esqueci de citar — o meu agora — o ex-presidente Jaime Paz que aqui está conosco, também.

Globalização. Mundialização. Pois bem. Isso tem consequências imensas. É um processo, um fenômeno que foi apontado, em vários momentos da história e que, no âmbito da literatura, das ciências sociais, muito antes que fosse perceptível, como uma realidade positiva, sobre o comportamento das nações e dos povos, era percebido como um fenômeno que dizia respeito (...).

Então, eu dizia que a literatura percebeu uma das intensões desse processo, antes que ele fosse sentido de forma mais imediata e mais direta.

A dimensão que, primeiro, foi percebida, foi a possibilidade de, através das revoluções nas comunicações, existir o que, então, se chamava Aldeia Global. A interconexão dos eventos que ocorriam, ao mesmo tempo, em várias regiões do mundo, de uma maneira quase que imediata.

Bem, percepção que já permitiu de uma certa literatura, a respeito da matéria, e desencadeou uma série de temores, também, que significaria essa possibilidade que hoje se transformou em realidade, de que a humanidade, no seu conjunto, tomasse conhecimento simultaneamente, de eventos que estavam ocorrendo discretamente em várias regiões do planeta.

Mas até aí se tinha uma sensação de que haveria uma possibilidade de efeitos globalizadores que poderiam, talvez, até perturbar, do ponto de vista cultural, aquilo que seria a autenticidade das expressões culturais locais — eu voltarei, mais adiante, ao tema — mas não se tinha, ainda, presente algo que era muito mais vinculante, que é, realmente, a globalização do processo produtivo.

Esse é, então, um dado inescapável da realidade contemporânea. Nós estamos assistindo à interligação dos sistemas produtivos e dispersão, no espaço do processo produtivo, de tal maneira que há uma complementaridade, nem sempre não assimétrica, frequentemente assimétrica, mas há uma complementaridade, a nível internacional, do processo produtivo.

Essa transformação do modo de produzir está diretamente vinculada à outra modificação, que mencionarei agora, aqui, ou seja, a possibilidade da comunicação instantânea. E essas estão, as duas, vinculadas, por sua vez, a uma revolução tecnológica importante, que diz respeito aos processos de automatização e de informatização.

Isso tudo, no seu conjunto, resultou em que, efetivamente, queiramos ou não, existem processos de vinculação entre partes distintas do planeta, no âmbito, mesmo da produção. Hoje é uma banalidade falar-se disso, na globalização.

Alguns consideram a globalização como, também, o momento em que se percebeu inicialmente o processo de possibilidade de comunicação simultânea e instantânea como um desafio perigosíssimo, que vai ampliar as possibilidades da existência de conjuntos nacionais, ou da existência de conjuntos culturais mais autônomos.

Outros acreditam que é o contrário. Na literatura sociológica, há trinta, quarenta anos, já se falava do que se chamava “o homem industrial”. E a famosa polêmica — se é que se pode chamar de polêmica — ou divergência entre Aron e Sartre, em certo ponto, se baseava nisso. Aron tinha uma concepção, também, das sociedades industriais, dos efeitos da industrialização sobre a homogeneização das estruturas da sociedade e, conseqüentemente, das formas de percepção da cultura etc. E não via Aron esse processo como (...), enfim, como catastrófico. Bem, não obstante, hoje não cabe mais a discussão sobre situações que ocorrem ou não. Cabe a discussão sobre como atuar diante dele, e que conseqüências ele pode ter, positivas ou negativas. Alguns, a partir daí de alguma maneira, passaram a amar outra idolatria e idolatria do mercado. É imaginar que, então, já que é assim, as regras fundamentais de solidariedade são

regras que vão ser definidas extra decisões de valores — e, portanto, de culturas — de diferenciação de grupos nacionais. Serão definidas automaticamente.

E aí, nas versões anteriores, também as mais elementares, por exemplo, dos sociólogos americanos Dunlop, Kaer — me refiro a uma literatura bem antiga, de trinta, quarenta anos, que já falava também, imaginava uma homogeneização, e uma dispersão da sociedade tecnocrática, de base tecnológica tipo europeu no mundo afora. E outros acham que isso pode ser diferente.

Posso até voltar a esse tema, mas não é o principal que eu queria mencionar, para iniciarmos uma reflexão. O principal que gostaria de mencionar é outra coisa. É que, efetivamente, ao mesmo tempo que existe esse processo de globalização, não existe, simultaneamente, um processo no plano político, de regras legitimadoras das decisões e implementadoras das decisões, a plano mundial.

Há aí um déficit de capacidade política de controle das decisões da humanidade, que fosse correspondente à globalização do sistema produtivo. Esse, eu creio, é um problema que tem a ver com a governabilidade. E tem a ver com a renovação do pensamento democrático e obriga a uma reflexão, no diz que respeito à governabilidade, que não pode mais se restringir, como foi classicamente feito, a essa questão posta no plano nacional, o âmbito nacional.

Ou se dê, ao mesmo tempo, a questão da democracia — a questão da validade do princípio democrático e da possibilidade de, diante das alterações do mundo, existir algum processo decisório que tenha conseqüência depende, até certo ponto, de introdução maior em política internacional ou então a nossa reflexão é um pouco capenga. Ela é insuficiente, para dar-se conta do fenômeno. E existe muito pouco avanço, no que diz respeito à questão das regras definidoras, para distribuição do poder no plano universal.

Essa é a grande contradição que nós vamos enfrentar no século XXI. É que a globalização do sistema produtivo, da área econômica não se seguiu na mesma proporção, uma definição também global, no plano do poder. Não há o poder mundial legítimo. Nem a forma de definição de autoridade, por conseqüência legítima, (...) mundial, e ainda a regra oposta, a regra democrática da força. Da força não como autoridade, mas como força que compete sem consentimento, continua sendo fundamental no plano internacional. E, vez por outra, as regras se rompem porque a força é exercida, e não há mecanismos suficientemente fortes para definir de que maneira se dará o convívio democrático, no plano internacional.

Enfim, a linguagem cotidiana se reflete na crise das Nações Unidas. A Unesco sofre em conseqüência dessa mesma crise. Isso se reflete na questão do Conselho de Segurança da sua, muitas vezes, incapacidade de atuação, algumas vezes por falta de legitimidade para decisões tomadas. Isso se reflete, e aumentou muito a tensão daí derivada, no fato de que, nessa globalização, ocorreu também um outro fenômeno, não necessariamente ligado, mas muito próximo, que foi o fenômeno do fim do Muro de Berlim, e do fato de que, efetivamente, a bipolarização deu lugar a uma outra situação, na qual existe uma preponderância de uma só força.

Esse é um problema que estamos aí assistindo todo dia, as definições que estão se consolidando no plano internacional. E não existem ainda mecanismos de lidar com isso. De que maneira se vai regular a nova ordem mundial? Através de que mecanismos?

Não são as instituições reguladoras do processo econômico — Bretton Woods, Banco Mundial, FMI — ficaram pequenas frente ao desafio da globalização. Para lhes dar só um exemplo disso que é óbvio aliás, O Banco de Desenvolvimento Econômico do Brasil tem tantos recursos quanto o Banco Mundial. Ou seja o Banco Mundial é completamente insuficiente para fazer face ao problema do desenvolvimento do mundo. O Banco de Desenvolvimento do Brasil não dá conta nem do Brasil. E tem mais recursos do que o Banco Mundial. Não quero menosprezar o Banco Mundial. Respeito muito e desejo mais recursos dele. Mas, obviamente, não lhes cabe mais arrogância alguma. Porque não têm condição efetiva de corresponderem às demandas que estão postas em termos do conjunto do planeta.

O Fundo Monetário é da mesma maneira. Ele ficou incapaz de fazer o que hoje se requer (...) pensado para regular, no fundo a liquidez dos países para permitir que devedores paguem aos seus credores. Todas as regras são básicas no fundo. O miolo da questão é essa. Nesse momento, não é suficiente fazer face à grande questão derivada da internacionalização, que foi a internacionalização do sistema financeiro. Nós temos fluindo alguns trilhões de dólares por dia (...), um trilhão de dólares, e os bancos centrais lidam com apenas bilhões.

Mesmo o Bank of International Settlement que é o BIS da Suíça, que seria o banco central dos bancos centrais, não tem condições de regular a massa. Há uma espécie de nuvem, quase atômica de poeira — de poeira de dinheiro — que fica rolando sobre o planeta e que, de repente, aterrissa um lugar com conseqüências positivas ou negativas, não sei, não quero julgar, depende de circunstâncias. Mas não existe instrumento regulador dessa matéria. Não há instrumento regulador.

E isso veio junto com essa globalização. Não há instituição capaz de dar conta disso. Desde que assumi a Presidência da República, no primeiro discurso que fiz na Cepal — e aqui estão alguns que lá estiveram — chamei a atenção para isso. A questão central hoje, para quem quer discutir desenvolvimento, quem quer discutir capacidade de controle, de orientação dos recursos financeiros é essa. É essa. A cada reunião do G-7, ele manda uma carta para cada um dos presidentes dos países do Grupo dos Sete — agora são oito — chamando atenção para esse problema. Alguns problemas estão avançando um pouquinho nessa direção. Mas muito pouco e não existe mecanismo real, decisório, capaz de regular isso. E o poder maior, Estados Unidos, tampouco é capaz de fazer face a esse desafio, ele sozinho. Não consegue também fazer face a esse desafio, em termos de regras de regulação.

Bem pode parecer que estou falando de algo muito distante das preocupações da democracia no que diz respeito aos âmbitos nacionais. Mas, na verdade, estão interligadas. Na verdade, se nós não pensarmos o que está ocorrendo em plano universal, nós vamos ficar com um pensamento muito pouco infantilino, tomando a nuvem (...), sem realmente entender o sentido das questões, o sentido realmente das decisões políticas, o porquê de certos esforços. E emargencando a nossa capacidade de crítica, numa linguagem que, muitas vezes, é antiga porque não

toma em consideração as transformações que já ocorreram.

Isso eu não digo com ânimo de desanimar, mas de desafiar, intelectualmente. Não se trata de que, diante disso, estamos inertes. Trata-se de que, em função disso, temos que nos preparar, em termos da nossa visão, para outras questões que não as questões anteriores clássicas.

E, no caso aí, entramos um pouco mais na nossa temática. Nos casos dos países que estão em desenvolvimento, ou estão ainda excluídos, até, de qualquer desenvolvimento, é mais dramático ainda. Porque nós temos que fazer face às duas crises de governabilidade, a mundial e a nacional. E são simultâneas. E se nós não nos prepararmos para fazer face às duas, nós não resolvemos a nossa. Porque nós ficamos com o nosso horizonte muito apertado, em discussões que não têm o alcance internacionalizado, que se requer hoje. É óbvio. Porque diz respeito, estritamente, à governabilidade, às questões da democracia no plano interno, há avanços, e não tenho uma visão — nem poderia ter, vivendo no Brasil e tendo passado por tantas modificações — não tenho uma visão negativista nem pessimista.

Basta referir a uma frase do ministro Welfort — vamos ver se ele se lembra. Em 89, ele disse que a América está errada. E estava nós (...). Bom, como nós fizemos mais alguma coisa, está bom. Mas ele falava com razão. Falava que nós estamos voltando ao estado de natureza hobbesiana. Ele era professor, podia falar essas coisas. Estado de natureza hobbesiana. Por quê? Porque era a luta de todos contra todos, a falta de regra, a falta de uma definição de solidariedade, a falta de valores que pudessem ser compartilhados.

Essa crise, pelo menos no caso das Américas, nós a estamos superando. O panorama, hoje, já não é esse. Claro que nós, brasileiros, temos a mania de pensar, quando nós pensamos no Brasil, que nós analisamos para a América toda. Mas, enfim, com um pouquinho mais de modestia alguns países já, antes, haviam resolvido e encaminhado nessa direção a possibilidade de recuperação da governabilidade e da ampliação dos mecanismos democráticos e controle das decisões políticas.

Mas esse é o fenômeno a que assistimos hoje, no conjunto da América — das Américas na verdade. No seu conjunto, nós assistimos a um grande progresso nessa matéria. Nós estamos, de novo, assistindo a um momento em que há ânimo democrático. E mesmo certas visões um tanto pessimistas de que nós estaríamos vivendo uma nova idade média foram esmaecendo.

Eu, aqui, fui bastante criticado — aliás (...) é sempre, desde pequeno — porque disse que, diante dessa discussão sobre globalização, sobre internacionalização, que se estava vendo um lado só, o negativo, e que precisa ver o outro lado que precisava ser visto também. Há riscos. É possível que desse processo ainda mais com a dificuldade que mencionarei, a existência de regras universais de controle democrático, que desse processo resulte, efetivamente, uma diminuição da nossa capacidade de decisão e de ação. É possível que ocorra isso. Mas é possível também que não. E como tudo em política depende do que se faça. O reino da política é o reino da criatividade, da aposta, de jogar, de apostar, de criar, construir o caminho. Se apenas a pessoa fica olhando um processo como se ele fosse inevitável, ele ocorre. Não é o caso (...) vem da política. Nós temos que construir alternativas.

Eu dizia — e por isso fui criticado: por que não olhar para esse novo processo em termos de um novo renascimento? Acho adequada a expressão. Costume repetir — e vou repetir mais uma vez, aqui esta ideia me veio, lendo Gorbachev, o famoso livro de Gorbachev, em que ele começou a nova época na União Soviética, porque ele fez uma consideração que me pareceu, na época, uma observação digna do renascimento. Qual foi a observação? Ele disse: “Olha, nós estamos aqui, dentro do terror atômico. Não adianta guerra mais. A guerra não resolve mais os conflitos, porque a guerra destrói todos e destrói a humanidade, porque, se vier a guerra mesmo, é guerra entre dois grupos, é atômica. Então, a guerra deixa de ser um instrumento de força a negociação. Ela extingue a vida sobre o planeta. Então, há alguns processos em que nós não podemos mais pensar em termos do bloco — no caso, no tempo, era bloco. Nós temos que pensar em termos — ele usou a expressão — da preunidade”. Ora, isso é termo renascentista, da descoberta do homem, como ser geral, que depois foi criticado (...). Mas é um termo renascentista. Ou se recoloca (...) o homem como ser universal, ou não há como pensar a política, porque a política vira, aí vir (...), a guerra de todos contra todos. Só que a guerra não terá vencedores porque a capacidade tecnológica de destruição é tão grande que uns matam os outros e acaba.

E ele foi mais longe. Para quem era chefe da União Soviética, ele tinha uma ideologia (...). Ele disse: “Olha, não dá para pensar esse assunto em termos de Estado nem em termos de classe, porque esse assunto transcende o Estado e a classe”. Nesse assunto, ele inovou não só a questão atômica, do holocausto que daí derivaria, mas as questões ambientais, se ele tem uma natureza que transcende o limite nacional.

Então, acho que, efetivamente, o que se coloca, hoje — e isso, repito, por isso comecei pelo mais geral — isso tem que ser recuperado ao nível do local também. O que se coloca hoje é na outra perspectiva, que, de alguma maneira, é renascentista, porque tem (...) o homem como medida de todas as coisas. E, outra vez, (...) coloca a noção de humanidade. E isso vai ter efeitos e conseqüências.

Noutro plano, mais modesto intelectualmente, pela (...) amplitude, quando se formam blocos de integração, como estamos formando, aqui, o Mercosul, nós estamos lidando com essas questões. A questão da democracia e do controle da decisão não é apenas a do Estado Nacional. Ela tem que tomar em consideração outros fatores, ela se alarga. E se colocado de certa maneira pode parecer destrutivo no Estado Nacional. Por exemplo, com as noções de soberania limitada que colocada em termos da perspectiva do século XIX e do século XX evidentemente a perspectiva nacionalista vulgar, diz: “Ah, meu Deus, estão acabando com o Estado Nacional. Estão tirando a pátria”. Mas colocado de outro ângulo que não seja esse, de um ângulo mais inteligente, não é bem isso. É outra coisa. Quando eu volto ao tema, há a noção do território-nosso, do Estado-nosso, da cultura-nossa, dos valores-nossos, se acrescenta, não se substitui uma outra dimensão, que é o outro.

Um ponto tal que vocês, que acompanham a política do Mercosul, sabem que, recentemente o Brasil tomou uma medida, que imaginavam os burocratas que a toma-

ram — digo burocratas porque eu estava no Uruguai e não sabia, eu era presidente da República — tomaram de maior boa-fé uma medida que era aparentemente, de política interna dizendo respeito a uma regra de financiamento interno que teve repercussões terríveis no plano internacional. Não foi tomada para quebrar a unidade, a solidariedade de latino-americana ou o Mercosul. Foi tomada porque burocraticamente se imaginava que essa era uma decisão interna. A diferença entre interno e externo nessas áreas esmaece, diminui. E isso é o mesmo processo que nós estamos vivendo.

Então, assim como nós montamos as regras de distribuição do poder consentidas, estamos começando a construí-las em blocos de países na Europa, Mercosul. O Nafta é mesmo isso. Mas começamos a construir e nós não temos ainda o conceito desse novo tipo de regulação. Enquanto nós não temos esse conceito, enquanto nós não temos a legitimidade para ele, nós nos aferramos ao conceito antigo. Então, a todo instante, (...) infecções (...) que quando você vai ver o fundo da questão já não são necessárias, porque elas são entretendo orientadas pelos valores que eram os valores que estão sendo alargados e não substituídos por alguns outros valores.

Bem, é claro que isso diz respeito a uma reorganização do poder político. Aqui, no Brasil, nós temos o Parlamento, que é um pré-início de um Parlamento Latino-Americano. Na Europa, nós temos o Parlamento Europeu. Os limites entre a decisão interna e externa são ainda imprecisos. Nós temos, dentro dos nossos Parlaentos, os grupos que se interconectam com os outros. Quando nós vamos ver, os movimentos sociais já estão se interconectando. Quando se vê, no âmbito da cultura, a interconexão é muito grande. Esse processo vai se espalhando.

E não vejo nisso algo negativo. Mas vejo que nós precisamos avançar um pouco mais na compreensão das conseqüências desse processo e na redefinição das nossas visões sobre a questão da democracia e sobre a questão da soberania, sobre a questão do que é próprio de cada um de nós, para que nós continuemos mantendo aquilo que é próprio de cada um de nós, e o que é, realmente, especificamente algo que deve ser defendido como que tem valor.

Portanto, vejamos que não estou aqui propondo que se dilua tudo, na internacionalização, senão que estou propondo outra coisa que se reconstrua, ao mesmo tempo, quem quer essa internacionalização e, portanto, quem acreditou nela. E também, aqui dentro, o que é essa capacidade efetiva de tomarmos decisões, que dizem respeito ao destino de cada um dos nossos povos e como se tomam essas decisões.

É claro, do ponto de vista de governabilidade, do ponto de vista de organização do processo democrático, o avanço foi muito grande nas Américas. Já nem se fala, hoje, em governabilidade. Fala-se menos, crescentemente menos. Não só porque e aí eu me refiro ao Brasil — alguns processos de incerteza, na área econômica social nem tanto — foram diminuindo, como também porque na área política eles foram diminuindo.

Deixem-me especificar o que estou pensando, quais foram os processos de incerteza que foram diminuindo? Primeiramente a inflação, que foi o grande processo, que perturbava enormemente a governabilidade, que perturbava a

compreensão do que estava em jogo. O valor relativo do que estava em jogo. Eu me lembro de que foi possível controlar o processo inflacionário, em muitos dos nossos países. E, praticamente, hoje, não há nenhum que esteja sofrendo de “inflacionite aguda”. Isso ajudou a dispersar as nuvens que perturbavam a capacidade de tomada de decisões e de implementação das decisões.

E, ao mesmo tempo, criou maior confiabilidade, no sentido de que as decisões tomadas vão ser implementadas. E no sentido de que não dá para enganar tanto quanto se enganava no passado. As coisas ficam mais claras quando não há inflação, pelo menos no que diz respeito às conseqüências distributivas dos atos de governo, à concentração de renda, às possibilidades de aumento. Tudo isso ficou mais claro. E as dificuldades, também, ficam mais claras.

Houve um avanço nessas áreas. Houve avanço noutras áreas também. Os nossos países começaram a conseguir lidar com o fenômeno da internacionalização, através das aberturas econômicas que, num primeiro momento, davam a impressão que seriam catastróficas para a produção local. E que, num segundo momento, os países foram capazes de reagir, e foi possível saber que não houve tal efeito catastrófico.

Se eu puder dar o exemplo do Brasil — não quero entrar muito em termos brasileiros — mas eu poderia dizer que, no início, dava a impressão de que o Brasil ia acabar com a indústria têxtil, a indústria de calçados, a indústria de automóveis e a indústria de autopeças e de informática também. Hoje, é o contrário. Elas estão mais fortes, se deslocaram, criaram um desenvolvimento tecnológico, houve a ação do Estado, o governo. Não é possível entrar num processo de abertura sem fortalecer o Estado ou ter a ilusão dos que pensam que o neoliberalismo existe aqui. Mas existe na cabeça de quem não tem cabeça.

Não é possível. No mundo de hoje, ou se fortalece o Estado e se refaz o Estado — eu volto ao tema já — ou não há como enfrentar esse desafio da internacionalização de uma maneira construtiva. Mas se se fortalece o Estado, volta-se a ter capacidade de decidir, de sinalizar, etc. se enfrenta, com essas coisas (...). Então sendo superados os primeiros obstáculos, do que pareceu um catastrófico. “Esta ordem nova, que vem aí, vem para desorganizar, destruir, aplacar, submeter”. Não é assim. Essa ordem, se houver uma reação da sociedade, através dos mecanismos políticos e do governo, ela pode ser, pelo menos em certas circunstâncias, para certos países — domesticada. Há condição de que haja uma política.

Por outro lado, também, e não só no plano econômico, mas no plano (...) político. Eu acho que houve um grande avanço, em termos, digamos, da capacidade da argumentação e negociação. Um pouco a (...). Quer dizer, o discurso é fundamental.

Muita descrença. Pouco a pouco, graças à mídia, e a capacidade, digamos, capilar que existe aqui no Brasil, de reação imediata da população, o que aconteceu? O que aconteceu é que a população foi entendendo (...) das questões tomadas, até mesmo coisas tão difíceis quanto dizer não vou dar aumento de salário, nesse momento e digo por quê.

Então, isso me levou, portanto, a um aumento da necessidade de comunicação, de participação, de explicação. A sociedade atual demanda mais e mais, as razões, os argumentos. Ela não tem medo do sofrimento, quando ele é antecipado e explicado o

porquê. Mas ela tem horror do engano, horror de ser surpreendida por alguma coisa.

Então, nós se trata somente — é acho que, na América Latina, nós estamos aprendendo isso, recentemente, e em todos os lugares do mundo também muitos aprendem, crescentemente, que a questão da democracia não é só a questão dos partidos. Até pelo contrário, os partidos passam a ser um problema na democracia. Para eles também nós vamos ter que refazer o pensamento sobre (...) os partidos. Há tantos anos já se dizia isso. Por quê? Porque, com a fragmentação da sociedade moderna, com a fragmentação do modo de produzir, com a especificação das demandas, com a dificuldade da organização disso, só em termos corporativos e com a fragilidade dos partidos, que se montam só na corporação, está posta uma questão, que só tem resposta se nós viermos ao que acabei de dizer: a compreensão de que é preciso, realmente, ter uma expansão muito grande dos mecanismos de explicação, de negociação, de argumentação, de mídia, de comunicação, de posição mais aberta, para que as pessoas entendam o jogo e possam dele participar.

Nós ainda estamos nessa fase. E isso tem a ver com a governabilidade. Isso tem a ver com a governabilidade e nós não podemos pensar em governabilidade apenas em termos do jogo partidário, do jogo congressual, das relações do Executivo com o Congresso e da ação do Executivo, se nós não incorporamos a questão da ampliação dos atores. E essa ampliação se dá de forma fragmentária sedimental. São cidadãos quase isolados, mas não estão isolados. E isso creio que é um dos problemas que nós temos que enfrentar, porque, junto com ele — e eu disse que nós, no plano econômico, foi possível fazer avanços que no plano político houve um aprendizado. Mas, nos países como o Brasil — não é o único nessa situação — em que há uma desigualdade social tão grande, a demanda de justiça vai mais depressa do que a condição que se tem para atender. E isso é um elemento de fragilização do jogo democrático e de legitimação das decisões.

E mais ainda, quando os governantes reconhecem que a demanda é válida, mas não podem atendê-la, porque não têm condições de atendimento, e aí coloca-se um problema difícil de resolução que requer uma relação simbólica muito forte, querer, de novo, uma comunicação perene com a sociedade, para suprir e não como por engano, não para enganar, dizendo que não pode, mas para suprir a impensa insatisfação que é gerada por um não atendimento imediato para combater as desigualdades ou as demandas sociais corretas e justas e que não se tem como atender.

Eu olho a equipe do governo dele e ele olha para mim, um com compaixão do outro. E ele diz que é de um partido de oposição a mim. E eu, também. Mas nós temos o mesmo problema, porque esse problema não é de partido, não é de posição. Ele sabe disso. E nós nos entendemos nesse plano intelectual. Ele sabe que essa é a questão. E essa questão, claro, politicamente, não vou manipular e dizer não, não é competente, não tem isso, não faz, não gosta do povo, está com não sei o que e tal. Mas os dois sabemos que não é assim. Eu nunca digo, nem ele diz a mim. Mas os nossos seguidores dizem, às vezes.

Mas, na verdade, o jogo é outro. Nós sabemos que a governabilidade depende desse conjunto muitíssimo (...) mais (...) amplo de questões, que estão sendo — não estou com pessimismo, não — estão sendo, progressiva e paulatinamente incorporadas à nossa prática, mas não pode resolver do dia para a noite.

E, de novo, assim como me referi à questão da complexidade do mundo contemporâneo, que limita a ação do Estado Nacional — mas isso não quer dizer que o Estado Nacional não seja fundamental. Da mesma maneira, isso não quer dizer que o Congresso não seja fundamental, os partidos não sejam fundamentais, porque são. Não é, ao invés de, mas é numa ampliação da visão, que permite então. Ou melhor, não sei se permite, mas coloca mais claramente qual é o desafio da governabilidade no mundo de hoje.

Esse desafio — não mencionarei o nosso caso aqui — mas ele é amplo. Ele pega os países desenvolvidos. Veja-se o que aconteceu, agora, na França ou na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Não quero entrar em detalhes. São assimetudes de situação. E há enganos de percepção. Muitas vezes, estão pensando que se trata da onda rosa contra o neoliberalismo. Não é isso. É muito mais complicado do que isso. Se fosse isso, seria fácil. É só pintar de cor-de-rosa. Não é difícil. Não é uma cor que me seja estranha. É mais complicado do que isso. É que nós estamos tentando todos, na resolução do cerne das questões.

Aí, volto ao que disse, a questão da humanidade, porque o padrão, hoje, de referência não é mais local. Então a democracia que eu quero é plena, o salário que eu quero é o melhor mesmo, a tecnologia que eu quero é a melhor do mundo. O quadro de referência deixou de ser limitado ao espaço imediato. A dimensão universal foi incorporado esse quadro de referência. E é bom que isso seja assim. Então nós temos que ter esse problema. É um problema que se generaliza neste âmbito. Claro, define-se pela fragmentação, como ele disse aqui, das demandas, define-se pelas necessidades que temos todos de buscar um mecanismo simbólico de coesão.

E, aí, eu entro na última observação que queria fazer. Eu teria muitas outras para fazer, mas sei que não devo fazer porque não posso amolá-los tanto tempo. Não quero cansá-los demais. Mas a última que eu queria fazer era a seguinte: aí entra a questão da cultura e entra no cerne mesmo dessa discussão toda porque nós estamos lidando com um problema de cultura.

A revolução necessária — e acho eu que em marcha, em várias partes, fragmentariamente, confusamente — é uma revolução cultural. Aí volto também a ideia do renascimento. O século XXI vai ser um século em que nós só teremos êxito na governabilidade, no lidar com o fenômeno da internacionalização, da reorganização dos núcleos de decisão, etc., etc., se entendermos que estamos passando por uma transformação, uma mutação cultural profunda. E essa mutação cultural não pode ser pensada como um fenômeno homogêneo. O que vai permitir atravessar o próximo século com capacidade de criadora não é a nossa capacidade adaptadora, não se trata de nós nos adaptarmos às circunstâncias que já estão traçadas aí. Algumas delas, eu mencionarei. É outra coisa, é a nossa compreensão de que essa nossa humanidade não deve ter como ambição ser a mesma em toda parte. Embora os valores centrais de justiça, de igualdade possam ser o filtro cultural, vai ser cada vez mais importante.

E se nós imaginarmos que vamos partir para uma situação na qual as diferenças en-

tre as nações no sentido cultural vão desaparecer estamos enganados. Seria uma subestimação desse novo momento. E, talvez não quero entrar em discussões que eu entendo, de uma ordem mais filosófica da própria (...) ontológicas, quase a natureza humana. Não existem limites à capacidade inventiva e, muito menos, ainda, no plano cultural.

Daí a importância (...) uma homogeneização tremenda onde nós temos, por exemplo hoje, digamos o novo latim que é o inglês, da valorização das línguas. Não há contradição entre o ser indispensável, sermos capazes de nos expressar no latim de hoje, ainda que mal, mas senão não tem jeito, você não comunica. Não há contradição em dizer isso e dizer o oposto a isso ou melhor, há contradição, mas ela é boa. Ela é dialética, ela avança, ou seja, nós temos que valorizar a língua, a diferença, a cultura local, a cultura indígena. No nosso caso, aqui do Brasil, os traços tão diferenciados, isso vem junto. Isso vem junto porque é isso que vai permitir que haja uma reação não adaptativa, mas que se possa inventar, continuar inventando. Isso em tudo, no plano da organização social, no plano das comunidades, no plano das descobertas de mecanismos para mudar o Estado.

Não quero falar disso, porque seria mais uma hora para falar o que eu penso que tenho que fazer no Brasil, no que diz respeito à mudança que está ocorrendo no Estado, que tem a ver com a cultura, que tem a ver com a descentralização, com a participação. Tem a ver, efetivamente com a ampliação do controle social sobre cada decisão no âmbito estatal, que deixa de ser estatal. A criação de um espaço público. Isso vai ser diferente de país para país, mas vai ocorrer, mas vai ocorrer diferentemente, porque nós temos culturas diferentes, tradições diferentes, potencialidades diferentes e é bom que seja assim.

E no caso de um país como o Brasil que... Bom, é um país que tem potencialidades, tem presença, tem presente, não só futuro, que definiu uma linha, que tem, vou usar uma palavra que era (...) há alguns anos e alguns de nós éramos até combatentes, com ela, tem projeto nacional, porque nós temos. E o temos colocado no nível do desafio do século XXI. Portanto, não pensando que é o Estado quem vai gerar ideologia, não pensando que a ideologia em si é quem vai gerar o princípio de coesão, senão que pensando que é através da multiplicidade de visões, da participação, da tolerância, da capacidade, portanto de integração do desigual, mas respeitando a desigualdade é que nós podemos avançar. É abrindo o Brasil e não fechando o Brasil que nós vamos manter o nosso projeto nacional, vamos ampliar o nosso projeto nacional, que não pode mais ser pensado como um projeto contra. Contra quem? Contra os nossos amigos, que todos são nas nossas vizinhanças. Não, a favor, mas pensando na nossa diferenciação. Aqui, e isso não é novo, é de muitos países, da nossa região, nós já temos uma certa experiência de “melting pot”, ou seja, nós somos um país, e aqui isso tem a ver com o âmago da cultura. E isso creio é uma riqueza do mundo contemporâneo, é essa (...), essa diversidade, nós somos um país que, vou dizer uma frase pela qual já fui crucificado no passado quando estava na universidade, mais ainda agora, onde estou preparado sempre para receber um cravo na mão. E não sou Cristo.

Nós somos um país que é ou ocidental ou não é. Mas ocidental até certo ponto. Eu digo sempre, eu sou cartesiano, mas tenho uma pitada de candor. Eu sou cartesiano, eu fui formado. (...) Agora passo ao português, outra vez. Estou falando como presidente não posso estar mudando de língua. Mas a verdade é isto, quer dizer, nós somos ocidentais, mas nós não somos exatamente ocidentais. Nós somos outros coisas. Nós somos africanos também. Nós somos indígenas também. Nós somos mulatos também. Nós somos uma confusão. A matriz. Isto é bom, quer dizer, a nossa música, a nossa literatura, enfim, todas as nossas expressões culturais são um pouco, parecem ser e não são.

Recentemente, estive nos Estados Unidos e vi uma peça de um musical semana retrasada — esqueço sempre o nome do musical, não vou perguntar a Ruth para ela me lembrar, porque é capaz dela não saber, também. Mas que era no fundo, era ao mesmo tempo o nascimento do sapateado nos Estados Unidos, a ascensão do negro, os problemas dos negros e tal. Eu digo, bom, é muito Brasil, mas não é Brasil. Os Estados Unidos têm essa virtude também de um país que tem essa, eles são ocidentais, não são outra coisa, mas não são ocidentais. O que que é ser ocidental? Será que a França é, a Inglaterra?

Então, vamos ver que esses conceitos não valem, quer dizer cada um tem sua diversidade, sua complexidade, sua capacidade de elaborar. E esse desafio não é nem um desafio nesse caso aqui, no caso da cultura é só deixar que todos deixem a loucos. Deixem a louca (...) flores e vir muitas delas vão crescer. Não temos que ter medo da homogeneização. Nunca seremos homogêneos, desde que nós naturalmente, e vim aí falando como governo temos a capacidade de entender que a homogeneização não é o objetivo, assim como o mercado não é um valor, não pode ser um valor, não pode ser. A homogeneização não pode ser o objetivo.

Creio que nós podemos enfrentar esses desafios da governabilidade, da internacionalização, desse novo espírito renascentista, que eu acho que deve prevalecer, mas compreendendo e, finalizando e retificando o que eu disse, que essa humanidade, o homem e a mulher como medida de todas as coisas, hoje não quer dizer que vão ser todos iguais, quer dizer que têm que prevalecer, sim, alguns valores da justiça, da participação, de maior igualdade em termos econômicos maior, não toda, mas quer dizer também que na nossa capacidade de sobreviver com criatividade vai depender, nós entendemos, que é na pluralidade, que é na manifestação muito aberta e muito competitiva das várias virtualidades espirituais dos nossos povos é de cada um de nós, que vai estar preservado o núcleo desta renovação, na qual eu creio tão fortemente quanto nós todos aqui, como tenho certeza, aqui nessa mesa, nesse aspecto, de crer na possibilidade de nós enfrentarmos esse desafio com humildade, sem nenhuma arrogância, mas com a tranquilidade de que nós estamos caminhando nessa direção, da manutenção dos princípios democráticos e da governabilidade, dentro dessa visão cultural mais ampla, que é o que vai permitir os nossos avanços.

Perdoem-me pela brevidade e pela falta de profundidade dos meus comentários é o que um pobre presidente da República pode fazer.

Muito obrigado.